

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 01/2015

PROVIMENTO

CADERNO

4

AZUL

CADERNO
DE
PROVAS

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do **tipo 4**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 4**. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de aplicação o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **Tipo 4**;
 - b) Este caderno de prova **Tipo 4**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) Conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) Assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante o período de realização da Prova Objetiva:
 - a) será vedado o uso de líquido corretor de texto, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha, lápis-borracha;
 - b) será proibido utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a realização da Prova Objetiva de Seleção, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro, podendo a Coordenação deste Concurso Público vetar o ingresso de candidato com outros equipamentos e/ou objetos além dos anteriormente citados;
 - c) será proibido o empréstimo de material, a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, bem como qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas;
 - d) não será permitida a substituição da Folha de Respostas quando o erro for do candidato;
 - e) somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
 - f) será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que contiver qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - g) não é permitido fazer anotação de informação relativas às suas respostas no CDI ou em qualquer outro meio.

A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.

O tempo de duração da Prova Objetiva será de 5 (cinco) horas, abrangendo a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.

O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2(duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o Caderno de Questões da Prova Objetiva.

Quanto terminar sua prova você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal de aplicação. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Será obrigatória a permanência dos três últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.

REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 1

Leia as assertivas abaixo a respeito de história do Brasil, literatura brasileira e atualidades mundiais.

- I. Foram presidentes do Brasil: João Café Filho, Carlos Frederico Werneck de Lacerda e João Belchior Marques Goulart.
- II. João Guimarães Rosa, consagrado escritor mineiro, é autor de Grande Sertão: Veredas, seu único romance.
- III. A Inglaterra, apesar de participar do bloco econômico denominado União Europeia, ainda mantém sua moeda nacional, a libra esterlina.

A respeito das assertivas, está correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

Questão 2

No Brasil, são presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com seus respectivos partidos políticos:

- A) Henrique Eduardo Alves (PSDB) e Romero Jucá (PMDB), respectivamente.
- B) Henrique Eduardo Alves (PSDB) e José Sarney (PMDB), respectivamente.
- C) Eduardo Cunha (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), respectivamente.
- D) Michel Temer (PMDB) e Romero Jucá (PMDB), respectivamente.

Questão 3

Analise as assertivas abaixo:

- I. Compete ao oficial do registro civil das pessoas jurídicas efetuar o registro dos contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos das associações, fundações de direito privado, organizações religiosas, partidos políticos, sociedades simples e empresas individuais de responsabilidade limitada de natureza simples que tiverem suas sedes e filiais no âmbito territorial de sua atuação.
- II. O oficial de registro das pessoas jurídicas que cumular as atribuições de registro de títulos e documentos, caso opte por adotar o Livro de Protocolo adotará livro único para as duas especialidades.
- III. É vedado ao oficial do registro civil das pessoas jurídicas o registro de estatuto de fundação privada ou pública de natureza privada, ou a averbação de sua alteração, sem a devida aprovação ou anuência do Ministério Público.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I e II, apenas.

Questão 4

Sobre o processamento e o registro no Ofício de Registro de Imóveis é **INCORRETO** afirmar:

- A) É vedado o registro de qualquer título de alienação ou oneração das áreas do município, sem que, previamente, seja averbada, após regular processo legislativo, a respectiva desafetação e esteja a transação autorizada por lei.
- B) O desmembramento de imóvel rural implicará alteração da área, localização ou descrição da reserva legal já averbada.
- C) O requerimento e os documentos serão autuados pelo oficial de registro, na ordem estabelecida em lei, em processo que terá suas folhas numeradas e rubricadas; e, após o último documento integrante do processo, serão certificadas a data da apresentação do requerimento e, em seguida, sempre antes da publicação dos editais, a sua protocolização com o correspondente número de ordem.
- D) As restrições presentes no loteamento, impostas pelo loteador ou pelo Poder Público, deverão ser, obrigatoriamente, mencionadas na matrícula-mãe e nas matrículas dos imóveis afetados, não cabendo ao oficial de registro, porém, fiscalizar a observância daquelas restrições.

Questão 5

Sobre a regularização fundiária é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Os procedimentos de regularização fundiária de interesse social, específico e inominado serão processados no Ofício de Registro de Imóveis, independentemente de manifestação do Poder Judiciário ou do Ministério Público, salvo nos casos de impugnação ao procedimento devidamente fundamentada e com conciliação infrutífera.
- B) Para atendimento ao princípio da especialidade, o oficial de registro adotará o memorial descritivo da gleba apresentado com o projeto de regularização fundiária de interesse social ou específico, devendo averbá-lo previamente ao registro do projeto, dispensando-se requerimento e procedimento autônomos de retificação.
- C) Nas circunscrições imobiliárias possuidoras de condomínios rurais pro diviso que apresentem situação consolidada e localizada, a regularização de frações com abertura de matrícula autônoma, respeitada a fração mínima de parcelamento, será feita com a anuência dos confrontantes das parcelas a serem individualizadas.
- D) A certidão negativa de débitos para com o INSS relativa à construção necessitará ser revalidada depois de expirado seu prazo de validade mesmo se mantida a mesma área construída.

Questão 6

Acerca do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A autoridade administrativa que tiver ciência de abuso, erro, irregularidade ou omissão imputados a tabelião, oficial de registro ou juiz de paz procederá à apuração da responsabilidade mediante a instauração de processo administrativo disciplinar que será regido, sem prejuízo de outros critérios, pelos princípios da legalidade, da reserva legal, da publicidade, da anterioridade da norma definidora da ilicitude, da finalidade, da motivação suficiente, da proporcionalidade, da eficiência, da moralidade, do contraditório e da ampla defesa e do respeito à segurança jurídica, visando à realização do interesse público e à tutela aos direitos e garantias fundamentais.
- B) O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta pelos 3 (três) juízes auxiliares da Corregedoria Geral de Justiça, responsáveis pelos Serviços Notariais e de Registro, designados pela autoridade instauradora, que indicará dentre eles o seu presidente.
- C) Quando for necessário, poderá haver o afastamento preventivo do titular do Serviço Notarial ou de Registro, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, hipótese em que, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços, o diretor do foro designará interventor para responder pela serventia.
- D) À exceção da perda da delegação, as demais penas poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que se refiram a fatos distintos.

Questão 7

Os Tabelionatos de protesto de títulos e outros documentos de dívida e os ofícios de registro de distribuição competem privativamente aos tabeliães de protesto de títulos e aos oficiais de registro de distribuição, e estão sujeitos ao regime jurídico estabelecido em lei. Consideradas tais competências, é correto afirmar:

- A) Compreendem-se na expressão “outros documentos de dívida” quaisquer documentos que expressem obrigação pecuniária ou não.
- B) As sentenças cíveis condenatórias poderão ser protestadas mediante apresentação de certidão do respectivo juízo, do qual conste expressa menção ao trânsito em julgado, sendo responsabilidade do apresentante a indicação do valor a ser protestado.
- C) Verificada a existência de vício formal, o título ou o documento de dívida será devolvido ao apresentante, com anotação da irregularidade, sem prejuízo da cobrança de emolumentos ou de outras despesas.
- D) No exame dos títulos e outros documentos de dívida, o tabelião de protesto deverá examinar os caracteres formais do documento e pesquisar sobre a verossimilhança da origem da dívida.

Questão 8

Os serviços notariais e de registro são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, nos termos da lei. Considerando este postulado e os atos normativos emanados da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, avalie as assertivas a seguir:

- I. Qualquer pessoa pode obter certidões junto às serventias notariais de todo e qualquer ato lavrado em suas notas.
- II. A fé pública dos notários e registradores gera presunção relativa de validade dos atos emanados de suas respectivas competências.
- III. O princípio da iniciativa, rogação ou instância veda a prática de atos de averbação e de registro de ofício, com exceção dos casos previstos em lei.

A respeito dessas assertivas, assinale a opção correta:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 9

Em relação ao reconhecimento de firma pelo tabelião de notas e considerando o que dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013, é correto o que se afirma em:

- A) É possível o reconhecimento de firma por semelhança em títulos de crédito.
- B) É possível o reconhecimento de firma em cartão de autógrafa de uso interno de estabelecimento bancário.
- C) É possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira, destinado a produzir efeitos no exterior.
- D) Não é possível o reconhecimento de firma de pessoa que saiba apenas desenhar o nome, não sabendo ler o que se encontra escrito no documento.

Questão 10

Em relação à autenticação de cópias pelo tabelião de notas e considerando o que dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013, é correto afirmar:

- A) Poderá ser autenticada parte de jornal, se da cópia constar a data e o nome da publicação.
- B) A autenticação de documento cujo original conste de meio eletrônico, dar-se-á através de ata notarial.
- C) É possível autenticar um documento, a partir de sua cópia autenticada, sem apresentação do original, considerando-se a fé pública notarial.
- D) É permitida a autenticação de cópia de documento danificado, desde que o tabelião relate, no ato de autenticação, esta situação.

Questão 11

Sobre escrituras públicas que envolvam alienação de imóvel rural, é correto afirmar:

- A) É obrigatória a referência à existência de reserva florestal que esteja averbada na matrícula do imóvel ou registrada em órgão competente, por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
- B) A apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR – somente é exigível para imóvel com área superior a 3,0 (três) hectares.
- C) A aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira independe de autorização ou licença, desde que respeitado o máximo de 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, sendo o valor do módulo fixado pelo INCRA.
- D) Nos imóveis rurais cuja matrícula esteja pendente de abertura, possuindo apenas transcrição anterior, é necessário, antes de se lavrar a escritura de alienação, proceder primeiramente à abertura da matrícula na serventia imobiliária.

Questão 12

“Pode se dizer que a ata notarial, depois da escritura pública, é o ato notarial de maior relevância e, apesar, disso, não tem ela merecido entre nós a devida atenção, como, aliás, não tem merecido a devida atenção o direito notarial com um todo.”

(BRANDELLI, L. *Teoria Geral do Direito Notarial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 245.)

Em relação à ata notarial, é correto afirmar:

- A) A ata notarial, dotada de fé pública e de força de prova pré-constituída, é ato exclusivo do tabelião, não podendo ser praticado por seus prepostos.
- B) A ata notarial pode ter por objeto colher declaração testemunhal para fins de prova em processo administrativo ou judicial.
- C) O conteúdo de uma ata notarial pode ser a manifestação de vontade das partes em negócio jurídico, desde que endereçada ao tabelião e destinada a concretizar o suporte fático abstrato descrito na norma jurídica.
- D) Em que pese o cunho probatório da ata notarial, esta não pode ter por objeto a descrição de um fato ilícito.

Questão 13

A respeito da escritura pública de inventário e partilha, é correto afirmar:

- A) É facultada aos interessados a opção pela via judicial ou extrajudicial, podendo ser requerida a qualquer momento, a suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias ou a desistência do processo judicial para a lavratura da correspondente escritura pública.
- B) É necessária a presença de advogado, que assim será nominado, munido de indispensável instrumento de mandato, ou do defensor público.
- C) A escritura dependerá de homologação judicial quando houver necessidade de levantamento de valores junto à instituição financeira.
- D) Para a lavratura dos atos notariais de que trata a Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007, é livre a escolha do tabelião, desde que seja feita tal escolha dentre os existentes do local de domicílio do autor da herança.

Questão 14

Sobre a atuação do tabelião de notas nas escrituras públicas de constituição e dissolução de união estável, é correto afirmar:

- A) O tabelião não poderá lavrar escritura pública de constituição de união estável de pessoas do mesmo sexo.
- B) O tabelião de notas deverá recusar a lavratura de escritura pública de declaração de união estável em caso de declarante casado, mesmo que esteja separado de fato.
- C) Para a lavratura de escritura pública as partes poderão ser representadas por procurador munido de instrumento de mandato público ou particular.
- D) O tabelião de notas poderá recusar lavrar escrituras públicas de união estável se houver fundado indício de simulação, fraude ou prejuízo.

Questão 15

A respeito do funcionamento dos tabelionatos e ofícios de registro e práticas notariais, é correto afirmar:

- A) O tabelião de notas poderá praticar atos fora da serventia, mediante solicitação, para diligências necessárias à prática do ato, observados os limites da comarca.
- B) É permitida a prática de ato notarial aos sábados, em número de horas fixado pelo diretor do foro, mediante requerimento do notário ou registrador.
- C) É vedada a prática de ato notarial ou de registro fora do horário regulamentar, salvo nos casos expressamente previstos em lei, e em caso de chamados de emergência lavratura de testamentos ou atas notariais.
- D) O expediente dos serviços notariais e de registro somente poderá ser suspenso na comarca por ato do Corregedor-Geral de Justiça.

Questão 16

A respeito da possibilidade legal da realização de inventário e partilha pela via extrajudicial, assinale a alternativa correta:

- A) O cônjuge do herdeiro deverá comparecer ao ato de lavratura da escritura pública de inventário e partilha, exceto, somente, se o casamento se der sob o regime de separação convencional de bens.
- B) A meação de companheiro pode ser reconhecida na escritura pública de inventário desde que todos os herdeiros e interessados na herança estejam de acordo, e todas as partes sejam capazes.
- C) Não é possível a lavratura de escritura pública de inventário, quando houver testamento, mesmo que caduco ou declarado nulo.
- D) A escritura pública de inventário e partilha pode ser lavrada a qualquer tempo, e poderá abranger quaisquer tipos de bens, inclusive bens localizados no exterior.

Questão 17

Quanto à escrituração, nos Serviços Notariais e de Registro, é correto afirmar que:

- A) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, em qualquer hipótese, somente sairão da respectiva serventia mediante autorização judicial.
- B) O livro poderá ultrapassar o limite de folhas de modo a permitir a finalização do último ato praticado, fazendo constar da folha de encerramento menção à sua data e natureza.
- C) Os livros em folhas soltas terão 300 (trezentas) folhas numeradas, em tamanho padronizado pela serventia, recomendando-se o uso dos tamanhos Ofício ou A4.
- D) O preposto não poderá assinar os termos de abertura e encerramento dos livros Notariais e de Registro, sendo essa competência exclusiva dos respectivos titulares ou responsáveis pela serventia.

Questão 18

Assinale a alternativa correta:

- A) As escrituras e outros documentos públicos poderão ser remetidos pela *internet* diretamente pelo tabelião ou oficial de registro ou seus prepostos ao Ofício de Registro de Imóveis, a outras serventias ou ao interessado.
- B) Certidão é o instrumento público mediante o qual é expedida a primeira cópia integral e fiel do teor de escritura pública, com a mesma data.
- C) A certidão de inteiro teor pode ser extraída por qualquer meio reprográfico desde que assegurada a fidelidade da cópia ao original e indicada a localização do texto reproduzido. O traslado pode ser um resumo do assento.
- D) Da busca realizada, será entregue ao interessado comprovante da prática do ato, sempre que dela resultar o fornecimento de certidão.

Questão 19

O reconhecimento de filho é ato personalíssimo e sobre ele é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Informações acerca de registro de nascimento de menores apenas com a maternidade estabelecida serão enviadas pelo oficial de registro ao Juiz de Direito e à Defensoria Pública.
- B) É vedado o reconhecimento de filho por pessoa absolutamente incapaz perante o oficial de registro, ainda que representado legalmente. Assim, a maternidade ou a paternidade somente poderão ser estabelecidas através de procedimento judicial adequado.
- C) O menor, com 16 anos completos, poderá reconhecer a paternidade de seu filho, independentemente de assistência ou representação.
- D) Em registro de nascimento de menores apenas com a maternidade estabelecida, o oficial de registro remeterá ao Juiz de Direito certidão integral do registro, acompanhada de declaração firmada pelo(a) declarante.

Questão 20

Acerca dos registros de Emancipação e de Interdição é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) O registro de emancipação tem natureza meramente declaratória.
- B) O registro da interdição, assim como da Escritura Pública de Emancipação por ato voluntário dos pais, prescinde da assinatura do interessado.
- C) A interdição provisória também será levada a registro.
- D) Tanto a interdição quanto a emancipação são levadas a registro no Livro “E” do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de cada comarca em relação aos interditados ou aos menores nela residentes ou domiciliados.

Questão 21

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A recepção de títulos somente para exame e cálculo é excepcional e sempre dependerá de requerimento escrito e expresso do interessado para que sejam lançados no Livro nº 1 – Protocolo.
- B) Em caso de permuta e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes sob um único número de ordem no protocolo e, a requerimento do apresentante, poderá ser registrada a permuta em apenas uma das matrículas.
- C) A qualificação negativa do título deverá ser feita de uma única vez, por escrito.
- D) Havendo, na matrícula, registro de mais de uma hipoteca, o cancelamento de uma delas importa, automaticamente, na reclassificação das demais com referência à ordem de suas preferências.

Questão 22

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) As restrições para aquisição de imóveis rurais por estrangeiros não se aplicam ao cidadão português declarado titular de direitos civis em igualdade de condições com os brasileiros (art. 12, § 1º, da Constituição da República) que poderá adquirir livremente imóveis rurais, desde que comprove essa condição perante o tabelião de notas ou o oficial de registro, consignando-se o fato no registro.
- B) O oficial de Registro de Imóveis deverá enviar à Central Eletrônica de Atos Notariais e de Registro informações referentes aos atos relativos às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros e indisponibilidades de bens efetivamente concretizadas. Todas essas informações serão disponibilizadas para consulta pública no sítio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
- C) É dever do Oficial de Registro de Imóveis recusar o registro de título que não satisfaça os requisitos exigidos pela legislação, mesmo sendo consubstanciado em ordem judicial, sendo, todavia, vedado ao Oficial de Registro adentrar o mérito da decisão judicial proferida.
- D) O procedimento administrativo de retificação será realizado perante o Ofício de Registro de Imóveis que tiver praticado o ato a ser retificado, salvo se o imóvel tiver passado a pertencer a outra circunscrição, hipótese em que será aberta matrícula na nova serventia para nela ser procedida a retificação, comunicando-se à serventia de origem para baixa da matrícula anterior.

DIREITO CIVIL

Questão 23

No regime de comunhão parcial de bens, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, **EXCETO**:

- A) Os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, em nome de um dos cônjuges.
- B) Os bens adquiridos por fato eventual.
- C) Os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de apenas um dos cônjuges.
- D) Os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento.

Questão 24

Segundo o Código Civil, são impedidos de casar, **EXCETO**:

- A) Os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- B) O adotado com o filho do adotante.
- C) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- D) Os colaterais em quarto grau.

Questão 25

O representante do incapaz não pode praticar atos, tais como:

- A) Aplicações financeiras em geral.
- B) Alugar imóveis do incapaz.
- C) Vender a produção agrícola de uma fazenda do incapaz.
- D) Perdoar dívidas em nome do incapaz.

Questão 26

A propriedade dos automóveis só se adquire após

- A) a transferência do registro de propriedade perante o DETRAN.
- B) o pagamento do preço.
- C) a tradição.
- D) o registro do contrato de compra e venda no Cartório de títulos e documentos.

Questão 27

“João faleceu, deixando dois imóveis de mesmo valor e dois filhos, Lucas e Júlia. Na partilha, o imóvel da rua x ficou para Lucas, enquanto o imóvel da rua y, para Júlia.” Nesse caso, é correto afirmar que

- A) a propriedade dos imóveis só se transmitiu com a partilha.
- B) a propriedade dos imóveis só se transmitiu com o registro do formal de partilha.
- C) cada filho terá direito a romper o testamento, uma vez que não foi respeitada a legítima.
- D) a propriedade dos imóveis se transmitiu com a morte e se individualizou com a partilha.

Questão 28

Um testamento, sem cláusula expressa de substituição, cujos herdeiros venham a falecer antes do testador

- A) perde a validade.
- B) torna-se nulo.
- C) torna-se anulável.
- D) perde a eficácia.

Questão 29

“Marcela, de boa – fé, adquiriu um imóvel de Aline. Pagou à vista, o justo preço de mercado. Nada havia que desabonasse Aline; nenhuma restrição havia na certidão do imóvel. Posteriormente, veio a ser acionada por Luciano, que pleiteava a anulação da venda, alegando ser credor de Aline, que não lhe pagava o que devia, apesar de ter recebido várias cartas de cobrança.” Diante disto, aponte a alternativa que indica a ação a ser proposta por Luciano e a decisão judicial mais adequada para o caso:

- A) Ação reipersecutória, sendo o pedido julgado procedente por ter-se configurado a fraude de execução.
- B) Ação pauliana, sendo o pedido julgado procedente por ter-se configurado a fraude contra credores.
- C) Ação reipersecutória, sendo o pedido julgado improcedente por não se ter configurado a fraude de execução.
- D) Ação pauliana, sendo o pedido julgado improcedente por não se ter configurado fraude contra credores oponível contra terceiros adquirentes de boa-fé.

Questão 30

“Luana, menor púbere, resolve pedir aos seus tutores que a emancipe.” Querendo os tutores emancipá-la, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- A) A emancipação será por via judicial.
- B) A emancipação será sempre por instrumento público notarial.
- C) A emancipação será por instrumento público notarial, desde que conste anuência do Ministério Público.
- D) É defeso emancipação de tutelados.

Questão 31

“Manoel morreu, deixando seus bens a Ana Luiza, desde que esta, recebida a herança, construísse uma creche, no prazo de 2 (dois) anos. Caso não a construísse, perderia os bens para Alexandre.” Trata-se no caso de

- A) condição resolutiva.
- B) encargo.
- C) condição suspensiva.
- D) termo final.

Questão 32

“Carlos, jogador de futebol, famoso por ostentar relógios de luxo, ofertou ao seu amigo Antônio uma réplica como se fosse uma joia. Na aquisição, Antônio pagou preço de mercado. Posteriormente quis certificar-se da legitimidade da peça, e só então, tomou conhecimento que se tratava de uma simples réplica de latão.” Diante do caso, é correto afirmar que se trata de

- A) vício do negócio jurídico.
- B) vício redibitório.
- C) risco de evicção.
- D) uma relação de consumo, sendo regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 33

Nos termos da Lei nº 9514/97, com o pagamento da dívida e seus encargos, resolve-se a propriedade fiduciária do imóvel. A contar da data de liquidação da dívida, o fiduciário fornecerá o respectivo termo de quitação ao fiduciante, sob pena de multa em favor deste. Quanto ao prazo para entrega do termo de quitação, sem aplicação das sanções previstas, é correto afirmar que este deve ocorrer no prazo de

- A) 90 (noventa) dias, a contar da liquidação da dívida.
- B) 60 (sessenta) dias, a contar da liquidação da dívida.
- C) 30 (trinta) dias, a contar da liquidação da dívida.
- D) 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da liquidação da dívida.

Questão 34

Nos termos do Estatuto da Advocacia, quanto à sociedade de advogados, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que apresentem forma ou características mercantis, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam sócio não inscrito como advogado ou totalmente proibido de advogar.
- B) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- C) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o de sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo.
- D) O registro da sociedade de advogados dar-se-á nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que incluam, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

Questão 35

“Fernando é viciado em tóxico. Juliana é excepcional e não possui o desenvolvimento mental completo. Lúcio é pródigo. Camila, em virtude de causa transitória, não pode exprimir sua vontade. De acordo com o Código Civil, todos são incapazes.” Identifique o tipo de incapacidade de Fernando, Juliana, Lúcio e Camila, respectivamente.

- A) Relativa, relativa, relativa, absoluta.
- B) Relativa, absoluta, relativa, absoluta.
- C) Absoluta, absoluta, relativa, absoluta.
- D) Absoluta, absoluta, relativa, relativa.

Questão 36

Nos termos da Lei nº 9514/97, quanto à Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel, é correto afirmar:

- A) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo privativa das entidades que operam no Sistema Financeiro Imobiliário – SFI e companhia autorizada para esse fim pelo BACEN.
- B) Os emolumentos devidos aos Cartórios de Registros de Imóveis para cancelamento do regime fiduciário e das garantias reais existentes serão cobrados como ato único.
- C) As operações de financiamento imobiliário, no âmbito do Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, serão reguladas pelo governo federal, fixando prazo e taxas de juros máximos para financiamento.
- D) Os atos e contratos de Alienação Fiduciária de Bens imóveis, no âmbito do Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, serão celebrados por escritura pública, facultando instrumento particular somente quando inferior a 30 (trinta) salários-mínimos.

Questão 37

“João, a bordo de navio nacional, acompanhado de Patrícia, tabeliã de notas, e Pedro, oficial do cartório de títulos e documentos, diante do surgimento de risco de vida e da impossibilidade de desembarque em algum porto onde possa testar na forma ordinária, resolve fazê-lo de forma que corresponda ao testamento público ou ao cerrado.” Diante do exposto, compete a lavratura do ato

- A) à tabeliã de notas, transcrevendo o ato em livro próprio, nos 90 (noventa) dias subsequentes ao seu desembarque em terra.
- B) à tabeliã de notas, e levado ao ofício de registro de contratos marítimos.
- C) ao oficial de Títulos e Documentos, por se tratar de ato excepcional.
- D) ao comandante do navio, e o registro do testamento será feito no diário de bordo.

Questão 38

“Mariana, maior e capaz, decide doar por instrumento público uma fazenda agrícola em favor de seu irmão, Bernardo, maior e capaz. No instrumento público, Mariana grava o encargo para que Bernardo doe a primeira colheita à certa instituição de caridade. Bernardo, por sua vez, aceita formalmente a doação e, poucos meses depois, cumpre o encargo, doando toda colheita à instituição de caridade. Seis meses após o cumprimento do encargo, Mariana toma conhecimento que seu irmão vem cometendo graves injúrias a seu respeito, quanto à sua condição de idosa e deficiente, nas redes sociais.”

A respeito da situação narrada, conforme o Código Civil, é correto afirmar que

- A) a revogação deverá ser pleiteada dentro de 5 (cinco) anos, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor.
- B) única hipótese admitida em lei para revogação é atentado contra a vida do doador ou cometer crime de homicídio doloso contra ele.
- C) não se revogam por ingratidão as doações oneradas com encargo já cumprido.
- D) não cabe revogação quando o ofendido for o cônjuge, ascendente, descendente, ainda que adotivo, ou irmão do doador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 39

Conforme expresso no Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar que a sentença condenatória produz hipoteca judiciária

- A) embora a condenação seja genérica.
- B) pendente arresto de bens do devedor.
- C) ainda quando o credor possa promover a execução provisória da sentença.
- D) quando houver penhora no rosto dos autos.

Questão 40

São matérias que o juiz pode conhecer de ofício e em qualquer grau de jurisdição, enquanto não for proferida a sentença de mérito, **EXCETO**:

- A) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- B) Quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.
- C) Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
- D) Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Questão 41

A respeito do recurso, assinale a afirmativa correta.

- A) O prazo será restituído em favor da parte, contra quem começará a correr novamente, se durante o prazo para a interposição do recurso falecer seu advogado e não houver outro constituído nos autos.
- B) A decisão judicial que dispõe sobre embargos à execução poderá ser impugnada por meio do recurso de agravo de instrumento.
- C) A decisão do recurso depende da anuência do recorrido.
- D) Os embargos de declaração interpostos em face de decisão judicial proferida no Juizado Especial interrompem o prazo para recurso.

Questão 42

NÃO pode, em hipótese alguma, ser considerado título executivo extrajudicial, nos termos do CPC:

- A) Escritura pública devidamente assinada pelo devedor.
- B) Formal e certidão de partilha.
- C) Contratos garantidos por hipoteca.
- D) Crédito de perito médico, quando os honorários forem aprovados por decisão judicial.

Questão 43

Na execução por quantia certa contra devedor solvente, levando-se em consideração as normas do Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- A) O executado será citado para pagar a dívida em 3 (três) dias.
- B) O devedor será citado para garantir a execução em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de penhora.
- C) A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.
- D) Se não localizar o executado para intimá-lo da penhora, o oficial certificará detalhadamente as diligências realizadas, caso em que o juiz poderá dispensar a intimação ou determinará novas diligências.

Questão 44

Nos termos do Código de Processo Civil, em qual das hipóteses o cônjuge não necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários?

- A) Nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- B) Nas ações fundadas em dívidas contraídas pelo marido, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou de seus bens reservados.
- C) Nas ações resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
- D) Nas ações que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

Questão 45

Conforme previsto no Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- A) O município será representado em juízo por seu prefeito ou procurador.
- B) O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira a receber a citação inicial para o processo de conhecimento, de execução cautelar e especial.
- C) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- D) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.

Questão 46

De acordo com o CPC, em qual das hipóteses abaixo descritas o juiz **NÃO** extinguirá o processo com a resolução de mérito?

- A) Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- B) Quando as partes transigirem.
- C) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- D) Quando o juiz acolher alegação de coisa julgada.

Questão 47

Em ação ordinária, cujo pedido de antecipação da tutela foi indeferido, julgado procedente o pedido, conforme inteligência das regras do CPC, o recurso de apelação será recebido

- A) no efeito devolutivo ativo.
- B) no efeito devolutivo e suspensivo.
- C) apenas no devolutivo.
- D) somente no efeito suspensivo.

Questão 48

É correto afirmar sobre a citação para o processo de conhecimento:

- A) Será realizada, preferencialmente, por oficial de justiça.
- B) A citação do incapaz é feita por carta registrada, que deve ser entregue ao seu representante legal.
- C) Se realizada fora da comarca em que tramita o processo, é imprescindível a carta precatória.
- D) Feita a citação por hora certa, o escrivão enviará ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe de tudo ciência.

Questão 49

Entre as hipóteses abaixo descritas, não é causa de suspensão do processo civil:

- A) O oferecimento pelo réu de exceção de suspeição.
- B) A perda da capacidade processual pela parte.
- C) A ocorrência de motivo de força maior.
- D) A existência de convenção de arbitragem.

Questão 50

Sobre a incompetência relativa, observando o CPC, é correto afirmar:

- A) Será suscitada sob a forma de defesa preliminar na própria contestação.
- B) Será decidida por decisão terminativa.
- C) Será arguida por meio de exceção.
- D) Será decidida por sentença definitiva.

Questão 51

Quanto à competência absoluta, assinale a opção correta:

- A) Pode ser alterada apenas até a contestação.
- B) Pode ser prorrogada por convenção das partes.
- C) Pode ser prorrogada pelo juiz.
- D) Não pode ser modificada ou prorrogada pela vontade das partes e do órgão jurisdicional.

Questão 52

Em qual das hipóteses o juiz aplicará o art. 285-A do CPC, introduzido pela Lei nº 11.277/06?

- A) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- B) Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- C) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- D) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 (dez) dias.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Questão 53

“Tício guardou, para consumo pessoal, maconha sem autorização.” Tício pode ser submetido às seguintes penas, **EXCETO**:

- A) Advertência sobre os efeitos das drogas.
- B) Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- C) Prisão domiciliar.
- D) Prestação de serviços à comunidade.

Questão 54

“O escrivão de polícia civil Tício, residente em Extrema-MG, praticou, em Camanducaia-MG, os crimes de homicídio simples tentado e de concussão, havendo conexão entre eles.” A competência para julgar os crimes será do

- A) juiz singular de Extrema-MG para o crime de concussão e do Tribunal do Júri de Camanducaia-MG para o crime de homicídio simples tentado.
- B) Tribunal do Júri de Camanducaia-MG para os crimes de homicídio simples tentado e de concussão.
- C) juiz singular de Camanducaia-MG para o crime de concussão e do Tribunal do Júri de Camanducaia-MG para o crime de homicídio simples tentado.
- D) Tribunal do Júri de Extrema-MG para os crimes de homicídio simples tentado e de concussão.

Questão 55

A respeito do exame de insanidade mental do acusado é **INCORRETO** afirmar:

- A) Ao determinar o exame, o juiz nomeará curador ao acusado.
- B) Determinado o exame, ficará suspenso o curso do prazo prescricional.
- C) Poderá durar mais de 45 (quarenta e cinco) dias, se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.
- D) Será processado em auto apartado e, após a apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

Questão 56

“Em uma mesma denúncia, Tício foi acusado de ter praticado os crimes de lesão corporal seguida de morte e de ocultação de cadáver. Tramitado, regularmente, o processo, foi proferida a sentença, na qual o juiz condenou Tício pela prática do crime de lesão corporal seguida de morte e, em relação ao crime de ocultação de cadáver, julgou extinta a punibilidade de Tício, em face da prescrição da pretensão punitiva. O Ministério Público discordou apenas da extinção da punibilidade e interpôs recurso, ao passo que o Defensor de Tício concordou com todo o julgamento.” O recurso interposto pelo Ministério Público foi

- A) a carta testemunhável.
- B) a apelação.
- C) o recurso em sentido estrito.
- D) o recurso especial.

Questão 57

São órgãos da execução penal, **EXCETO**:

- A) O Conselho da Comunidade.
- B) A Defensoria Pública.
- C) A Casa do Albergado.
- D) O Patronato.

Questão 58

Aplica-se ao processo penal o procedimento comum sumário quando

- A) o crime tem sanção máxima cominada inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- B) o crime é doloso contra a vida.
- C) a infração penal for de menor potencial ofensivo.
- D) o crime tem sanção máxima cominada igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 59

Em matéria penal, são causas excludentes da antijuridicidade de conduta, **EXCETO**:

- A) O estado de necessidade.
- B) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
- C) O exercício regular de direito.
- D) O estrito cumprimento de dever legal.

Questão 60

“Em 2012, Tício, contando com 20 anos de idade, teve conjunção carnal com Malévola, que contava com 13 anos de idade. Tício foi denunciado e, no curso do processo, confessou os fatos. O auto de corpo de delito comprovou a conjunção carnal. O exame de insanidade mental revelou que Tício, por doença mental, era, ao tempo do ato, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.” A sanção penal, aplicada dois anos após os fatos, foi

- A) pena de reclusão.
- B) pena de detenção.
- C) medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- D) medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.

Questão 61

“Mévio, no exercício de sua função no cartório extrajudicial, não cumpriu o mandado judicial de averbação do divórcio no registro de casamento. Mévio assim agiu porque o divórcio era de sua vizinha Cleofa e não queria vê-la divorciada.” A conduta de Mévio configura crime de

- A) desacato.
- B) desobediência.
- C) resistência.
- D) prevaricação.

Questão 62

“Tício entrou no ônibus, apontou um revólver para o passageiro Caio e disse: ‘Passe o dinheiro’. Caio, de imediato, entregou uma nota de 2 (dois) reais a Tício. Em seguida, Tício desceu do ônibus, entrou em um bar e bebeu uma pinga. Pagou a cachaça com a nota de 2 (dois) reais e, em seguida, foi preso pela polícia.” A conduta de Tício configura crime

- A) impossível.
- B) de extorsão.
- C) de roubo.
- D) de furto.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 63

Segundo o Código Tributário Nacional, é causa de suspensão de exigibilidade do crédito tributário

- A) o parcelamento.
- B) a consignação em pagamento.
- C) a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
- D) a transação autorizada por lei, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária, mediante concessões mútuas.

Questão 64

A teor dos institutos da decadência e prescrição previstos no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A decadência pode ser definida com a perda do direito da fazenda pública efetuar o lançamento e, por consequência, de exigir o cumprimento da obrigação por parte do sujeito passivo.
- B) Após anulação por vício formal do lançamento anteriormente efetuado, o prazo decadencial se inicia da data da decisão que o anulou.
- C) O parcelamento do crédito tributário interrompe a prescrição.
- D) Pedido do contribuinte de compensação do crédito tributário perante a fazenda pública tem o condão de interromper a prescrição.

Questão 65

Considerando o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A isenção depende de lei e alcança situações posteriores à sua vigência, impedindo o lançamento do tributo.
- B) A isenção pode ter caráter específico para atingir determinadas situações, desde que preenchidas condições previstas em lei, sendo efetivada por despacho da autoridade administrativa.
- C) A anistia equivale ao perdão legal da infração tributária e pode atingir infrações anteriores e posteriores à vigência da lei que a concede.
- D) A remissão visa liberar o sujeito passivo do pagamento do crédito tributário após o respectivo lançamento, em regra, e deve atender, dentre outros aspectos, a diminuta importância do crédito tributário.

Questão 66

Considerando a fiscalização tributária, inserida no Título da “Administração Tributária” do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- A) a diligência de fiscalização dispensa lavratura de termos.
- B) a fiscalização tributária pode examinar quaisquer livros comerciais, mas deve se limitar o exame aos pontos objeto da investigação.
- C) os tabeliães são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, independente de intimação.
- D) o dever de sigilo profissional não sobrepõe ao dever de prestar informações ao Fisco.

Questão 67

São requisitos do termo de inscrição da dívida ativa previstos no Código Tributário Nacional, **EXCETO**:

- A) Nome do devedor e co-responsáveis, se for a hipótese, e o domicílio, sempre que possível.
- B) A quantia devida, incluindo juros de mora acrescidos, dispensando menção da maneira de cálculo.
- C) A data da inscrição e o número do processo administrativo de que se originar o crédito, em sendo o caso.
- D) A origem e natureza do crédito, com menção da disposição de lei em que seja fundado.

Questão 68

Nos termos da Lei Estadual (MG) nº 15.424/04, constatada infração relativa à Taxa de Fiscalização Judiciária, o auto de infração para a formalização do crédito tributário compete

- A) ao fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda.
- B) à Corregedoria Geral de Justiça e Diretor do Foro.
- C) ao Ministério Público Estadual.
- D) à Corregedoria Nacional de Justiça, em caráter complementar.

Questão 69

Considerando a Lei Estadual (MG) nº 15.424/04, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Para a manifestação de Juiz de Paz no processo de habilitação de casamento civil incide emolumentos e não há previsão da Taxa de Fiscalização Judiciária.
- B) O fato gerador da Taxa de Fiscalização Judiciária é o exercício do poder de polícia atribuído ao Poder Judiciário.
- C) Os emolumentos e a respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária serão pagos pelo interessado que solicitar o ato, no momento do requerimento ou na apresentação do título.
- D) Na hipótese de contagem ou cotação a menor dos valores devidos para a prática do ato notarial ou de registro por erro atribuível ao notário ou registrador, caberá ao interessado a complementação da Taxa de Fiscalização Judiciária, dispensando a complementação dos emolumentos.

Questão 70

Avalie as afirmações a seguir:

- I. A irretroatividade prevista no art. 150, III, “a” da Constituição Federal comporta exceção para situação de guerra externa.
- II. A teor do art. 148 da Constituição Federal, poderá a União, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios para atender despesas ordinárias em período de guerra externa.
- III. O imposto sobre importação de produtos estrangeiros não se submete a prazo de anterioridade tributária.
- IV. Deve ser observada a anterioridade de exercício e a nonagesimal para aumento de taxas e contribuição de melhoria.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e III.

Questão 71

É permitido à União instituir imposto sobre

- A) patrimônio de fundação instituída e mantida por município vinculado à sua finalidade essencial.
- B) patrimônio de instituição de educação sem fins lucrativos vinculado à sua finalidade essencial.
- C) patrimônio de entidade sindical de empregadores.
- D) livros.

Questão 72

É correto afirmar que

- A) a União entregará do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, 10% (dez por cento) aos Estados e Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos por Estado, a qualquer título, pertence à União.
- C) em regra, 60% (sessenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, pertence ao Município respectivo.
- D) 60% (sessenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território pertence ao Município respectivo.

Questão 73

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem a função fiscal de angariar recursos financeiros para o município.
- B) Sendo imóvel localizado em zona urbana, existindo meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais e abastecimento de água, ainda que não haja sistema de esgoto sanitário e rede de iluminação pública, é possível a incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana sobre referido imóvel.
- C) As prestações onerosas de serviços de comunicação geram imposto de competência do Estado e Distrito Federal.
- D) A cessão onerosa de direitos hereditários gera imposto de competência do Estado e Distrito Federal.

Questão 74

Considerando o critério de integração da legislação tributária disposto no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- A) a analogia pode ser empregada para criar hipótese de incidência de tributo.
- B) é possível à autoridade tributária dispensar multas tributárias valendo-se da equidade.
- C) para aplicação de penalidade em matéria tributária poderá o administrador se valer da analogia.
- D) a analogia, os princípios gerais de direito tributário e de direito público, bem como a equidade, estabelecidos pelo Código Tributário Nacional como critérios de integração da legislação tributária, podem ser aplicados pelo contribuinte.

DIREITO COMERCIAL

Questão 75

Em relação à recuperação judicial e de acordo com o que dispõe a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) Os credores do devedor em recuperação judicial perdem seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- B) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- C) As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial.
- D) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

Questão 76

Sobre título de crédito, avalie:

- I. O credor de um título de crédito não pode recusar o pagamento parcial no seu vencimento.
- II. Pode ser omitida a data de vencimento do título de crédito.
- III. São títulos de crédito que contêm ordem de pagamento o *warrant* e partes beneficiárias.
- IV. O aval posterior ao vencimento não produz efeitos.
- V. Considera-se não escrita a cláusula proibitiva de endosso no título de crédito.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, II e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

Questão 77

A respeito do cheque, é correto afirmar:

- A) O cheque visado é aquele sacado por instituição financeira e que não admite devolução por insuficiência de fundos.
- B) Um cheque com aval simples e transferido por endosso é devolvido sem pagamento pela instituição financeira, por insuficiência de fundos. Seu portador terá seis meses a contar da data da segunda apresentação para iniciar execução baseada no título.
- C) No cheque o endosso parcial deve ser considerado anulável, se submetendo a condição.
- D) O cheque apresentado a pagamento antes do dia indicado como data da emissão é pagável no dia da apresentação.

Questão 78

A respeito da recuperação judicial, extrajudicial e da falência, e com base na Lei nº 11.101/05, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e suspende todas as ações e execuções em face do devedor.
- B) Na classificação dos créditos na falência, os créditos decorrentes da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho preferem aos créditos tributários, mas estes não preferem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.
- C) A sentença no procedimento de falência do devedor ordenará ao falido que apresente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se essa já não se encontrar nos autos, sob pena de desobediência.
- D) Não é ato que enseja a decretação de falência do devedor empresário a existência de um único protesto de título de crédito sacado contra o devedor, em quantia inferior a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.

Questão 79

Sobre a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar:

- A) Em relação à recuperação judicial de empresa, os crimes previstos na lei respectiva são de ação penal pública condicionada à representação dos credores.
- B) O plano de recuperação judicial poderá prever prazo superior a 01 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente do trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- C) Não estão sujeitos aos efeitos do plano de recuperação judicial os créditos titularizados pelo arrendador mercantil e pelo promitente vendedor de bem imóvel cujo contrato contenha cláusula de irrevogabilidade.
- D) Tendo sido decretada a falência de uma empresa, entre os efeitos decorrentes estão aqueles quanto aos bens do falido. Nesse caso o falido perde a disposição, a administração, bem como a propriedade de seus bens.

Questão 80

Analise as assertivas abaixo:

- I. Podem os cônjuges celebrar sociedade entre si, desde que o regime de bens do casamento não seja o da separação facultativa ou da participação final nos aquestos.
- II. Quanto à alienação de um estabelecimento comercial, é correto afirmar que o adquirente do estabelecimento não ficará sub-rogado no pagamento das dívidas anteriores à alienação.
- III. Os efeitos do arquivamento de documentos no registro de comércio retroagem à data de sua assinatura, desde que apresentados à Junta Comercial no prazo de 30 (trinta) dias.
- IV. Devem ser mantidos por qualquer sociedade anônima, obrigatoriamente, os livros diário, e de transferência de ações nominativas.
- V. João, José e Manoel são sócios da sociedade denominada “João e José Comércio de Alimentos Ltda”. O fato de o nome de Manoel não constar do nome empresarial é compatível com o regime aplicável à sociedade limitada, em que a firma pode ser composta pelo nome de um ou mais sócios.

A partir da análise, está correto o que se afirma em:

- A) I, III e V, apenas.
- B) III, IV e V, apenas.
- C) IV e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

Questão 81

A respeito da sociedade não personificada e de acordo com o disposto no Código Civil, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na sociedade em comum os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- B) Na sociedade em comum todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, aquele que contratou pela sociedade.
- C) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- D) Na sociedade em conta de participação o contrato social produz efeito somente entre os sócios, porém, a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.

Questão 82

A respeito da sociedade simples e de acordo com o disposto no Código Civil, marque a alternativa correta:

- A) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- B) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.
- C) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- D) Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, não necessitando concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

Questão 83

Em relação à sociedade dependente de autorização, e de acordo com o disposto do Código Civil, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) A competência para autorização será sempre do Poder Executivo Federal.
- B) Na falta de prazo estipulado em lei ou em ato do poder público, será considerada caduca a autorização se a sociedade não entrar em funcionamento nos doze meses seguintes à respectiva publicação.
- C) É nacional a sociedade organizada de conformidade com a lei brasileira e que tenha no País a sede de sua administração.
- D) As modificações no contrato ou no estatuto da sociedade estrangeira não dependem da aprovação do Poder Executivo para produzir efeitos em território nacional.

Questão 84

Acerca do protesto de títulos, analise as seguintes afirmativas:

- I. Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.
- II. Tratando-se de cheque, poderá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao Banco sacado, salvo se o protesto tenha por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.
- III. Todos os títulos e documentos de dívida apresentados a protesto serão examinados em seus caracteres intrínsecos e extrínsecos e terão curso se não apresentarem vícios, devendo o tabelião de protesto investigar questões de mérito, tais como origem da dívida, falsidade, prescrição, decadência, dentre outros.
- IV. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado e, em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional ou em moeda estrangeira.
- V. Os arquivos nos Tabelionatos de protestos deverão ser conservados, por pelo menos, durante os seguintes prazos: a) 1 (um) ano, para a intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento; b) 6 (seis) meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal; c) (30) trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e V.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) II e IV.

Questão 85

Sobre as duplicatas, analise as seguintes afirmativas:

- I. Não se admite a emissão de duplicata mercantil com a cláusula “não à ordem”.
- II. No pagamento da duplicata mercantil poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.
- III. O comprador somente poderá deixar de aceitar a duplicata mercantil por motivo de avaria ou não recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; por vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovadas; e quando houver divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- IV. A pretensão à execução da duplicata prescreve em um ano contra o sacado, o endossante e seus respectivos avalistas, contados da data do protesto.
- V. O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da data de seu vencimento, perderá o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

Questão 86

Em relação à falência e de acordo com o que dispõe a Lei nº 11.101/05, é correto afirmar, **EXCETO**:

- A) O crédito trabalhista cedido a terceiro será considerado quirografário.
- B) Dentro do prazo de contestação, o devedor poderá pleitear sua recuperação judicial.
- C) Não será decretada a falência de sociedade anônima após liquidado e partilhado seu ativo nem do espólio após 01 (um) ano da morte do devedor.
- D) Citado, o devedor deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 87

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de quaisquer das Casas do Congresso Nacional.
- D) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de tempo.

Questão 88

Em relação às normas que regem os contratos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, pois constitui prerrogativa conferida à Administração pelo respectivo regime jurídico.
- B) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- C) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- D) É cláusula necessária em todo contrato administrativo as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.

Questão 89

Quanto ao procedimento administrativo e do processo judicial, destinados a apurar e punir a prática de ato de improbidade, é correto afirmar:

- A) Apenas os agentes e órgãos públicos têm legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato administrativo.
- B) A autoridade administrativa competente poderá rejeitar a representação. A decisão de rejeição obsta a representação ao Ministério Público.
- C) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem ser efetivadas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D) É dever da comissão processante dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.

Questão 90

Quanto às licitações em geral, é **INCORRETO** afirmar:

- A) A licitação não será sigilosa, sendo todos os atos de seu procedimento acessíveis ao público, inclusive o conteúdo das propostas antes da respectiva abertura.
- B) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no País.
- C) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- D) Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as concorrências de âmbito internacional.

Questão 91

É dispensável a licitação, **EXCETO**:

- A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- C) Quanto houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- D) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por entidade privada que tenha sido constituída para esse fim específico.

Questão 92

Quanto aos contratos administrativos, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B) É cláusula necessária em todo contrato a vinculação ao edital de licitação.
- C) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia.

Questão 93

Quanto aos fundamentos, objetivos e princípios da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Não constitui como fundamento da República Federativa o pluralismo político.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional é objetivo fundamental da República Federativa.
- C) A República Federativa rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- D) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Questão 94

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- B) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria simples dos votos dos respectivos membros.
- D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Questão 95

Assinale a alternativa correta:

- A) Compete, privativamente, à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- C) O Presidente da República não ficará suspenso de suas funções nas hipóteses de infrações penais comuns, ainda que recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) A competência correicional e disciplinar do Conselho Nacional de Justiça é residual à dos Tribunais.

Questão 96

Quanto às normas constitucionais que regem a política agrícola e fundiária e da reforma agrária, é correto afirmar:

- A) Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião.
- B) As terras públicas e devolutas são incompatíveis com o plano nacional de reforma agrária.
- C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos.
- D) Sobre as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária incidem apenas impostos municipais.

Questão 97

Quanto às normas constitucionais que regem a administração pública, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são inacessíveis aos estrangeiros.
- B) É garantido ao servidor público civil o direito a livre associação sindical.
- C) Como condição para a aquisição da estabilidade do cargo do servidor público, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- D) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Questão 98

Quanto às normas constitucionais que regem o poder judiciário e as funções essenciais à justiça é correto afirmar:

- A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando concessiva a decisão.
- B) Os Tribunais de Justiça dos Estados não poderão funcionar descentralizadamente.
- C) O chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Questão 99

Quanto às normas constitucionais que regem a ordem social, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.
- B) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
- C) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- D) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Questão 100

É da competência exclusiva do congresso, sem exigência de sanção do Presidente da República, **EXCETO**:

- A) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- B) Apreçar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- C) Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.
- D) Dispor sobre organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal.

